

PLANOS DE SAÚDE

ANS terá de explicar alta

Em resposta a ação movida pela Rede Sustentabilidade, ministro Dias Toffoli dá prazo de cinco dias para que o governo justifique aumento de 15,5% autorizado para os convênios individuais e familiares

» MICHELLE PORTELA

O Supremo Tribunal Federal (STF) deu prazo de cinco dias, a contar de ontem, para que a União preste esclarecimentos sobre o reajuste de 15,5% dos planos de saúde individuais concedido pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) em 26 de maio.

A medida foi tomada pelo ministro Dias Toffoli, após o partido Rede Sustentabilidade apresentar Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF), cobrando explicações do governo federal sobre o reajuste. A ação movida pela sigla também pede que o Executivo apresente um plano de redução nos preços dos convênios de saúde. Em seguida, os autos da ação devem ser remetidos, segundo o STF, à Advocacia-Geral da União (AGU) e à Procuradoria-Geral da República (PGR), para que também se manifestem.

“Até quando os brasileiros terão de aguentar o peso majoritário dessa inflação específica da saúde? Num cenário em que a renda média da população está diminuindo, daqui a pouco, todos os brasileiros precisarão trabalhar só para pagar planos de saúde, ou, mais provavelmente, abandonarão a proteção privada à saúde, sobrecarregando ainda mais o, infelizmente, já cambaleante SUS”, diz um trecho da ação judicial.

Aumento recorde

De acordo com dados da ANS, há 49,1 milhões de beneficiários com planos de assistência médica no país. O reajuste é o teto válido para o período entre maio de 2022 e abril de 2023 e abrange contratos de ao menos 8 milhões de beneficiários, ou 16,3% do total de beneficiários.

O reajuste de 15,5% é o maior da série histórica iniciada em 2000, ultrapassando os 13,57% registrados em 2016. No entanto, o aumento ficou abaixo do esperado. Em abril deste ano, o

Maurenilson/CB/D.A Press



Reajuste é o maior da série histórica iniciada em 2000 e vai afetar 8 milhões de contratos. Planos corporativos podem subir até 19%

Correio antecipou que o reajuste oscilaria entre 15% e 18%.

Além da ação apresentada pela Rede Sustentabilidade, o senador Randolfe Rodrigues (AP), líder do partido no Senado, apresentou projeto de lei para derrubar o reajuste. “Nesse momento de aperto financeiro e de maior necessidade de assistência médica para todas as famílias brasileiras, ao menos seja dado um fôlego no que toca ao pagamento dos reajustes dos medicamentos e dos planos de saúde”, destacou o senador na proposta.

O aumento dos planos também foi discutido na Comissão de Assuntos Sociais do Senado, que aprovou, na última terça-feira, requerimento de autoria do mesmo

senador para a realização de audiência pública destinada a ouvir o diretor-presidente da ANS, Paulo Rebello. Ainda não há data para a realização do evento.

Corporativos

Conforme mostrou o **Correio** ontem, os planos corporativos também sofreram reajustes. De acordo com a Associação Brasileira de Planos de Saúde (Abramge), grupos de até 29 pessoas, os chamados planos para Pequenas e Médias Empresas (PMEs) e microempreendedores individuais, ficaram até 19% mais caros em 2022.

O índice de reajuste dos planos individuais reflete o

comportamento das despesas assistenciais no ano anterior e possuem o teto definido pela ANS. As mensalidades dos coletivos não são controladas — os preços são negociados entre operadoras e contratantes. Apesar disso, eles devem observar certas regras, que são diferentes para planos com até 29 beneficiários, grupos com mais de 30 vidas e contratos por adesão. “O mercado como um todo, incluindo os planos coletivos, é regulado e segue as regras estipuladas pela ANS”, disse Renato Casarotti, presidente da Abramge. Dessa maneira, embora tenham diferenças, a entidade diz que o reajuste sentido até fevereiro foi de 8,81%.



Num cenário em que a renda da população está diminuindo, daqui a pouco, os brasileiros abandonarão a proteção privada à saúde, sobrecarregando ainda mais o já cambaleante SUS”

Trecho da ação judicial submetida ao Supremo

CB.AGRO

Preço da carne continuará elevado

» ISADORA ALBERNAZ*

Um dos principais vilões da elevação do custo de vida, os preços da carne bovina não devem baixar tão cedo. “O custo de produção está caro em função de os preços das commodities que impactam diretamente no valor da arroba do boi estarem altos. O dólar também está valorizado. Por isso, a conta não fecha. O pecuarista tem dificuldade de reduzir o preço da carne”, afirmou o produtor rural Sérgio Andrade, que ao lado da filha Juliana do Vale Andrade, foi entrevistado ontem no programa *CB.Poder*, parceria entre o **Correio** e a TV Brasília.

Sérgio Andrade explicou ainda que o conflito entre Rússia e Ucrânia afeta a pecuária brasileira. “A Rússia é uma grande exportadora de adubo, que estamos com dificuldade para adquirir. E são países consumidores e que estão com problemas de recebimento de recursos”, afirmou. “A Rússia é um país que temos que ter relações porque é um grande consumidor de carne.” Ele destacou o papel da China para o Brasil: “A China é importante para o mundo todo, mas, pro Brasil, em especial, é nosso maior mercado. Então, qualquer movimento que o país faça, de parar uma importação ou compra repercute fortemente”.

Os altos preços têm provocado a queda do consumo de carne no país. Entre 2006 e 2022, a

Ed Alves/CB/D.A Press



Sérgio Andrade com a filha Juliana (à direita): tecnologia ajuda a tornar a produção mais eficiente

queda foi de 40%, segundo dados da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab). Para o pecuarista, “o consumo está relacionado ao poder de compra do cidadão. O Brasil é o terceiro maior consumidor de carne do mundo, então, se recuperarmos poder de compra, vamos consumir mais”, disse. Ele afirmou, porém, que acredita que o consumo vai se recuperar. “A economia tem dado sinais de voltar a normalidade, acredito que o consumo tende a crescer.”

Andrade disse ainda que a pecuária, mesmo decidindo investir em melhoramento genético há três décadas, ainda tem certo atraso tecnológico em relação à agricultura. “A pecuária não evoluiu na mesma velocidade. Acredito que o Brasil melhorando um pouco, caminhando para a tecnologia, vamos ser um país melhor e mais pujante na área da pecuária”, afirmou.

O tema também foi abordado por Juliana. Ela contou que mesmo após concluir um mestrado,

abandonou a arquitetura e foi ajudar o pai a cuidar da fazenda. “No começo, não foi fácil. Existe muita resistência masculina a aceitar a presença de uma mulher. Mas a confiança vai sendo gerada no dia a dia”, disse.

Quando entrou nos negócios, Juliana decidiu investir em tecnologia. “Busquei um consultor técnico para fazer um mapeamento de onde tínhamos que ser mais eficientes na fazenda. Foi feito um planejamento de como seria a propriedade daqui



“O custo de produção está alto em função dos preços das commodities. O dólar também está valorizado. O pecuarista tem dificuldade de reduzir o preço da carne”

Sergio Andrade,
produtor rural

* **Estagiária sob a supervisão de Odail Figueiredo**

TRABALHO INFANTIL

Movimento contra a exploração

Daniel Coelho Moutinho/NBastian/Divulgação TJDF



Ana Maria Villa Real: “O Estado precisa proteger as crianças”

» INGRID SOARES

Tendo em vista a luta contra o trabalho infantil, celebrada mundialmente no próximo dia 12, o Ministério Público do Trabalho (MPT) lançou ontem uma campanha nacional de combate ao problema. A ação é uma medida conjunta da Organização Internacional do Trabalho (OIT), do Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil (FNPETI) e do Programa de Combate ao Trabalho Infantil e Estímulo à Aprendizagem da Justiça do Trabalho. A campanha já conta com cards veiculados nas redes sociais, versão de áudio para rádio, programação no Spotify, além de banners para sites e portais. O tema é “Proteção Social para acabar com o trabalho infantil”.

No próximo dia 7, haverá uma live com transmissão pelo YouTube, na qual o tema da erradicação do trabalho infantil será debatido por Ana Maria Villa Real, procuradora do Trabalho e coordenadora Nacional de Combate à Exploração do Trabalho da Crianças e do Adolescente (Coordinfância) do MPT; Katerina Volcov, secretária Executiva do Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil; Maria Cláudia Mello Falcão, coordenadora do Programa de Princípios e Direitos Fundamentais no Trabalho da OIT no Brasil; Apolo Erlantz da Rede de Adolescentes e Jovens da FNPETI, além da participação da dupla Palavra Cantada, composta pelos músicos Sandra Peres e Paulo Tatit.

No dia 12, será lançado um clipe com uma nova versão da canção Sementes, composta pelos rappers Emicida e Drik Barbosa em 2020 também para campanha contra o trabalho infantil. A canção foi regravada pela Palavra Cantada. O clipe trará trechos das ilustrações do filme de animação brasileiro *O Menino e o Mundo*, escrito e dirigido por Alê Abreu, animador e diretor premiado internacionalmente.

De acordo com os entes envolvidos, embora tenha ocorrido uma redução significativa do trabalho infantil nas últimas duas décadas, o progresso diminuiu ao longo do tempo e estagnou entre 2016 e 2020. No início de 2020, 160 milhões de crianças de 5 a 17 anos estavam em situação de trabalho infantil no mundo. No Brasil, o problema social se agravou com o empobrecimento da população em razão da pandemia de covid-19. A previsão é de que até o final de 2022, o número de crianças submetidas a trabalho chegue a 8,9 milhões.

Direitos

Ana Maria Villa Real destaca que o Dia Mundial de Combate ao Trabalho Infantil tem como objetivo a reflexão sobre os direitos da infância, assim como alertar e conscientizar a sociedade sobre a nocividade do trabalho precoce.

“Não se pode inverter a lógica da proteção e defender ou legitimar o trabalho infantil como forma de auxiliar o sustento das famílias vulneráveis ou em risco social. Infância não é privilégio, infância é direito. O Estado precisa cumprir o papel de proteger as crianças, com prioridade absoluta, assegurando a elas e a suas famílias medidas de proteção social integral”, disse.